



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
PÚBLICA (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ISABELLA RIBEIRO DE SOUSA

COMPLIANCE, ACCOUNTABILITY E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DE
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Análise das entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia

BRASÍLIA-DF

2020

ISABELLA RIBEIRO DE SOUSA

COMPLIANCE, ACCOUTABILITY E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DE
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Análise das entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, da Universidade de Brasília, como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para a Tomada de Decisão

Área: Organização da Sociedade Civil

Orientador: José Antônio de França

BRASÍLIA-DF

2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Mour

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

DE SOUSA, Isabella Ribeiro.

COMPLIANCE, ACCOUTABILITY E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: Análise das entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia / Isabella Ribeiro de Sousa – Brasília, 2020.

Monografia (Bacharelado - Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, 2020.

Orientador: Professor Doutor José Antônio de França

1. Terceiro Setor. 2. *Compliance*. 3. *Accountability*. 4. Sustentabilidade Econômica

ISABELLA RIBEIRO DE SOUSA

COMPLIANCE, ACCOUTABILITY E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DE
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Análise das entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, da Universidade de Brasília, como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Aprovado em 03 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio de França

Universidade de Brasília

Orientador

Prof. Dr. Paulo César de Mendes Melo

Universidade de Brasília

Examinador

*“Tudo posso naquele que me fortalece.”
(Filipenses 4:13)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus porque tenho a convicção de que Ele me sustentou e me capacitou em todos os momentos. “Porque dEle, e por meio dEle, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Romanos 11:36)

Agradeço a minha mãe Iara, ao meu pai Edgard e a minha irmã Yêda por todo o apoio, motivação e compreensão. Vocês são a minha base e minha maior alegria, esta conquista dedico a vocês.

Agradeço aos meus amigos, Anna Maria, Cristiane Mota, Gina Oka, Jady Wane, Mariana Graciano, Pedro Nascimento e Thalia Bünning por estarem comigo durante a construção desse trabalho, por todos os conselhos, força e motivação.

Agradeço ao meu orientador por me acompanhar, sanar as minhas dúvidas e contribuir com a realização deste trabalho.

Agradeço à Universidade de Brasília (UnB) por me acolher durante o período da graduação e me proporcionar os recursos necessários para o desenvolvimento pessoal e acadêmico. Estendo os meus agradecimentos a todos os servidores técnicos e professores da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia, e Gestão Pública (FACE) em especial ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA).

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presente e contribuíram para a elaboração deste trabalho.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos e gratidão.

RESUMO

O terceiro setor é formado por entidades sem finalidade lucrativa as quais são atribuídas personalidade jurídica de direito privado. Considerando a necessidade de captar recursos para viabilizar a realização e continuidade de suas atividades, o terceiro setor conta com a participação dos outros dois setores, o setor público e o setor privado. Nesse sentido, há a existência do Fundo Amazônia com a finalidade de captar doações das esferas públicas e privadas e realizar os trâmites necessários para investimentos em projetos. Por haver essa colaboração entres os três setores, é de suma importância que as entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia devem realizar a prestação de contas de suas atividades com integridade e em conformidade com as normas que as norteiam. Além disso, é de relevância que as entidades demonstrem capacidade de manter suas atividade a longo prazo. Portanto, este trabalho buscou mensurar o nível de *accountability*, de *compliance* e de sustentabilidade econômica de 18 entidades que financiam suas atividades com recursos oriundos do Fundo Amazônia, com base nos relatórios contábeis dos anos de 2015, 2016 e 2017. Para mensuração da *accountability* e do *compliance* foi utilizado *check list* contendo 18 itens referentes a ITG 2002 (R1) em conjunto com coeficientes que aferem a aderência a norma por entidade e por requerimento e, para a mensuração da sustentabilidade econômica, foi utilizado o Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor. Diante disso, classifica-se como uma pesquisa comparativa, descritiva e quali-quantitativa. Os resultados demonstram que as entidades não cumpriram de forma completa as exigências da ITG 2002, embora tenham demonstrado um nível considerável de cumprimento, e a maioria das entidades não apresentaram resultados favoráveis ao índice, visto que foi a minoria das entidades da amostra que apresentaram tendência de continuidade.

Palavras-chaves: Terceiro Setor; *Compliance*; *Accountability*; Sustentabilidade Econômica.

LISTA DE SIGLAS

ITG – Interpretação Técnica Geral

NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

TCU – Tribunal de Contas da União

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aderência das normas por entidade.....	24
Tabela 2: Aderência das normas por requerimento.....	26
Tabela 3: Estatística descritiva dos valores aplicados ao IFA.....	27
Tabela 4: Estatística descritiva dos dados dos indicadores.....	30
Tabela A1: <i>Check list</i> ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.....	36
Tabela B1: Entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia.....	38
Tabela C1: Projetos por natureza.....	40
Tabela C2: Projetos por ano.....	40
Tabela D1: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2015.....	41
Tabela D2: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2016.....	42
Tabela D3: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2017.....	43
Tabela D4: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2015.....	44
Tabela D5: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2016.....	45
Tabela D6: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2017.....	46
Tabela D7: Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS).....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Terceiro Setor.....	14
2.2 Organizações do Terceiro Setor.....	15
2.3 <i>Compliance</i>	15
2.4 <i>Accountability</i>	16
2.5 Sustentabilidade Econômica.....	17
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 Tipologia de Pesquisa.....	19
3.2 Metodologia para análise e mensuração da <i>accountability</i> e do <i>compliance</i>	20
3.3 Metodologia para análise e mensuração da sustentabilidade.....	21
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	23
4.1 Descrição da Amostra.....	23
4.2 Análise da <i>Accountability</i> e do <i>Compliance</i> das Entidades.....	23
4.3 Análise da Sustentabilidade das Entidades.....	27
4.3.1 Indicador de Financiamento do Ativo (IFA).....	27
4.3.2 Indicador de Geração de Resultado (IGR).....	28
4.3.3 Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS).....	29
5. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE A.....	36
APÊNDICE B.....	38
APÊNDICE C.....	40
APÊNDICE D.....	41

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o IBGE (2016) existem cerca de 5,5 milhões de organizações ativas no Brasil. Sendo que desse total, 90,0% são entidades empresariais; 9,5%, entidades sem fins lucrativos; e 0,5%, órgãos da administração pública. O estudo indica também que as entidades sem fins lucrativos absorveram 7,2% do pessoal ocupado assalariado e pagaram 6,7% dos salários e outras remunerações em referência ao total nacional.

As entidades sem fins lucrativos compõem o terceiro setor da economia, setor responsável por desenvolver atividades em prol do bem comum. Localizando-se entre o primeiro, setor público, e o segundo setor, setor privado, traz a ilustração da sua função no que se refere a preencher a lacuna quanto a atender as demandas provenientes da sociedade. Fato decorrente da incapacidade do Estado em atuar diretamente em todas as necessidades sociais e da inviabilidade da atuação empresarial nesse cenário visto que seus esforços estão voltados para a lucratividade do negócio.

Assim sendo, o terceiro setor distingue-se dos demais setores por sua finalidade, atuação e por sua natureza jurídica. Em contraponto, o terceiro setor conta com a participação dos outros setores, visto a necessidade de captar recursos para viabilizar a realização e continuidade de suas atividades. Nesse contexto, como forma de intermediar a colaboração entre os três setores destaca-se o Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008.

O Fundo tem a finalidade de captar doações das esferas públicas e privadas e realizar os trâmites necessários para investimentos em projetos direcionados para atuação no bioma Amazônia Legal. As esferas têm sido representadas pelo Ministério Norueguês de Relações Exteriores, do KFW, banco de desenvolvimento estatal alemão, e da Petrobrás. Assim, através dos recursos do Fundo são mantidos projetos com entidades do terceiro setor as quais são alvo de análise deste trabalho.

Dados verificados no ano 2020 possibilitam a mensuração da participação do terceiro setor no portfólio de projetos do Fundo Amazônia. Nota-se que o terceiro setor possui a maior quantidade de projetos apoiados, sendo 58 do total de 103 projetos. Por consequência, dentre as naturezas de destinação, o terceiro setor é o que conta com o maior valor, no quantitativo de R\$ 706.239.697,21, destinado para apoio. É válido mencionar que o portfólio do Fundo inclui projetos propostos por Municípios, Estados, Universidades e entes internacionais.

Nesse sentido, Segundo Cara e Lima (1999) o enfoque de instituições acadêmicas e de pesquisas surgiu a partir da divulgação dos dados estatísticos do *The Johns Hopkins*

Comparative Nonprofit Sector Project relativos aos recursos humanos e materiais que englobam o setor. Assim, por sua relevância na sociedade o terceiro setor tem sido utilizado como objeto de estudo no meio acadêmico.

Entretanto, mesmo com tal crescimento, o cenário acadêmico ainda carece de pesquisas na área. Por conseguinte, necessita-se que o tema seja trazido ao foco, desenvolvido e explorado em suas diversas perspectivas a fim de evidenciar e verificar a sua atuação na sociedade. Concomitante a isso, ressalta-se que no ano de 2019 diversas problemáticas envolveram o Fundo Amazônia. Foi divulgado pelas mídias o congelamento de repasses da Noruega, maior contribuinte do Fundo, em razão de mudanças no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), responsável pelas diretrizes e acompanhamento dos resultados dos projetos que foi afetado pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 e, por fim, extinto. Esses acontecimentos são caracterizados como uma forte ameaça a sua continuidade e influenciam o terceiro setor e, conseqüentemente, a sociedade.

Diante do exposto, o trabalho busca explorar e responder a seguinte questão: **Em referência às entidades do terceiro setor financiadas por recursos do Fundo Amazônia, qual é o nível demonstrado de *accountability*, *compliance* e Sustentabilidade do Terceiro Setor?**

Para isso, o objetivo geral é o de analisar as entidades do terceiro setor financiadas pelo Fundo Amazônia pelas óticas da *accountability*, do *compliance* e da sustentabilidade econômica. Por sua vez, os objetivos específicos do presente estudo são:

- a) Verificar a prestação de contas das entidades na divulgação dos relatórios contábeis a sociedade;
- b) Verificar e mensurar o cumprimento da ITG 2002 (R1);
- c) Mensurar, através do Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor, a sustentabilidade econômica, ou seja, a capacidade de continuidade de suas atividades.

O estudo foi dividido em cinco partes e estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e conclusão. A introdução apresenta o contexto do tema analisado, contém o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos. No referencial teórico foi expandido o conceito de terceiro setor e foram apresentadas as nomenclaturas e características das organizações que o compõe, e buscou-se conceituar, explicar e discutir sobre o *compliance*, *accountability* e sustentabilidade econômica. Por conseguinte, a metodologia contém as classificações atribuídas à pesquisa e os caminhos percorridos em sua construção. Na parte seguinte, foi apresentada a descrição da amostra e as

análises dos resultados obtidos. E, na última parte, foi apresentada uma visão geral do trabalho em conjunto com as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção foi construída a partir da revisão da literatura disponível sobre o tema pesquisado. Foram incorporadas ao estudo contribuições de autores da área bem como da legislação vigente no país, a fim de embasar, explicar e discutir a temática abordada. Assim, as contribuições estão discriminadas nos seguintes tópicos: Terceiro Setor, Organizações do Terceiro Setor, *Compliance*, *Accountability* e Sustentabilidade Econômica.

2.1 Terceiro Setor

No Brasil, a atuação da sociedade civil iniciou-se por intermédio das Santas Casas de Misericórdias que começaram suas atividades logo após o descobrimento do Brasil. De acordo com Silva (2011) apud Ivamoto (1998), a primeira Santa Casa foi fundada em 1543 por Bráz Cubas, fidalgo português e fundador da Vila de Santos, na Capitania de São Vicente, atual cidade de Santos, estado de São Paulo (SP).

Conforme Silva (2011), a ordem das Santas Casas de Misericórdia foi o início de uma das mais significativas obras filantrópicas da história. Sua instituição ocorreu pela Rainha Leonor de Lancastre em Portugal no ano de 1498, tendo como finalidade solucionar os problemas de assistência e saúde que acometiam a cidade de Lisboa.

Paes e Mazza (2015) relatam que numa primeira forma de participação, a sociedade civil atua através do voluntarismo e se aperfeiçoa por meio de entidades e de organizações que possuem a finalidade de auxiliar na concretização dos direitos sociais. Diante disso, os autores reuniram treze (13) características que são comuns no âmbito das entidades do terceiro setor, sendo elas:

- a) Finalidades não coercitivas; b) entidades não estatais; c) finalidades não lucrativas; d) entidades fora do mercado; e) visam atender necessidades coletivas; f) visam atender necessidades públicas; g) são organizações estruturadas; h) são organizações autogovernadas; i) contam com expressivo serviço voluntário; j) são organizações da sociedade civil; k) é expressão das práticas de caridade, filantropia e mecenato; l) é forma de exercício da cidadania; e m) vinculação ao conceito de solidariedade. (PAES e MAZZA, 2015 apud SOUZA, 2004, p.72.)

2.2 Organizações do Terceiro Setor

Diversos autores buscam conceituar o Terceiro Setor, embora se perceba a grande dificuldade em trazer ao termo uma conceituação exata e abrangente. Por isso, Paes (2018) discorre que utilizar a finalidade das ações das organizações que compõem o terceiro setor é uma das formas mais tradicionais usadas na definição do Terceiro Setor. Para isso, é necessário compreender que essas instituições são consequência dos movimentos sociais orientados pelos laços de solidariedade entre os indivíduos por consenso na busca do bem comum.

Sabe-se que a necessidade social pode se manifestar de diversas formas, em cenários e ambientes distintos. Em decorrência disso, Paes (2018) evidencia que as ações dessas organizações contemplam diversas atividades e campos de trabalho, tal como disposto no item três da ITG 2002 (R1). Dessa maneira, há entidades que atuam na área de assistência social, da saúde, da educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, bens, fatos e interesses coexistentes.

Por assim ser, o item dois da ITG 2002 (R1) em consonância com o artigo 44 do Código Civil (Lei 10.406/2002) dispõe que “a entidade sem finalidade de lucros pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical”.

Apesar das entidades do terceiro setor possuir a característica marcante de não ter finalidade lucrativa, há nesse meio a presença do superávit. De acordo com as instruções presentes na ITG 2002, a palavra superávit deve ser utilizada pela contabilidade em substituição à palavra lucro. A instrução de mudança de nomenclaturas ocorre em razão da diferença na destinação do lucro (superávit) uma vez que só pode ser utilizado para a manutenção das atividades da entidade. Entende-se também que o uso do termo superávit denota ao retorno social, enquanto que o termo lucro denota ao retorno financeiro, o qual não é intuito da entidade.

2.3 Compliance

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução nº 1409 de 2012 aprovou a ITG 2002, alterada em 2015 pela ITG 2002 (R1), que trata sobre as Entidades sem Finalidade de Lucros. Esta interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos que

devem ser observadas e seguidas na escrituração contábil. Embora, reconheça a ITG 2002 (R1) como principal referência no que se diz respeito à contabilidade de entidades sem fins lucrativos, é necessário observar as demais normas contábeis bem como o sistema normativo brasileiro.

Tendo disposto, então, normas, regras e orientações a fim de regular e padronizar as atividades das entidades é necessário que haja o devido cumprimento das disposições. Nesse panorama, Bertocelli (2019) aborda que o cenário de esforços no combate a corrupção brasileira antecedeu a adoção, por parte das empresas, de programas de *compliance*. Do ponto de vista normativo, o marco ocorreu com a publicação da Lei nº 12.846 de 2013, também conhecida como Lei Anticorrupção. Esta Lei foi a primeira a instituir a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Diante disso, temos a presença do termo em inglês *compliance* ou conformidade em tradução literal. Conforme Bertocelli (2019), o termo *compliance* tem origem no verbo inglês *to comply*, que significa agir de acordo com a lei, ou seja, estar em *compliance* é estar em conformidade com as regras internas da empresa, de acordo com procedimentos éticos e as normas jurídicas vigentes.

Nesse contexto é válido fazer menção que, conforme Venturini e et al (2019), os programas de *compliance* estão intimamente relacionados com a governança corporativa. De forma que o *compliance*, junto à *disclosure* (transparência), *fairness* (equidade) e *accountability* (prestação de contas), é pilar da Governança Corporativa e tornou-se indispensável às organizações que visam à continuidade de suas atividades.

2.4 Accountability

Sabe-se que o terceiro setor mantém diversos tipos de interações com o setor privado e, principalmente, com o setor público a fim de propiciar o desenvolvimento de suas atividades. Seja indiretamente através de benefícios fiscais, representados por imunidades e isenções tributárias, ou diretamente com a captação de recursos para o financiamento de suas atividades.

Nesse sentido, as entidades possuem obrigação de disponibilizar e demonstrar a integridade de suas informações para os seus *stakeholders*. Rocha (2010) cita os componentes do termo *stakeholders*, sendo eles: clientes, acionistas, funcionários, fornecedores, distribuidores, imprensa, comunidade local, governo, sindicato e a sociedade. No que tange a

obrigação, a Constituição Federal de 1988, artigo 70, no parágrafo único dispõe que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que tenha envolvimento com dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda deverá prestar contas.

Além disso, a prestação de contas é associada ao termo *accountability*, o qual é tratado de forma abrangente e variado. Embora o termo possa ser erroneamente restringido a uma tradução literal, Rocha (2011) aborda sobre como o conceito tem sido discutido por vários estudiosos em busca de uma melhor compreensão. Nesse sentido, visto os esforços feitos por Pinho e Sacramento (2009), discorre o seguinte:

Claro está, portanto, que, de acordo com as fontes consultadas, não existe um termo único em português que defina a palavra *accountability*, havendo que trabalhar com uma forma composta. Buscando uma síntese, *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva. (Pinho e Sacramento, 2009, p. 1348).

Acrescenta-se ainda que no entendimento do TCU, a *accountability* é o conjunto de processos que visam selecionar, organizar e disponibilizar as informações de interesse das partes interessadas. Sendo que promover transparência, responsabilidade e prestação de contas são caracterizados como uma prática do mecanismo *accountability*.

2.5 Sustentabilidade Econômica

O terceiro setor ao demonstrar a sua importância vem conquistando maior visibilidade no mercado e na economia em razão da sua relevância, geração de emprego e impactos na sociedade. Como já dito, o terceiro setor em oposição ao segundo setor não tem como objetivo a lucratividade ou enriquecimento da entidade, mas o seu objetivo está focado em desempenhar suas atividades.

Para isso, as entidades necessitam da entrada de recursos para viabilizar o cumprimento de suas obrigações e, conseqüentemente, a sua continuidade. No que tange a continuidade, a importância não está ligada apenas a entrada de recursos, mas também a forma com que esses recursos são administrados. A conjuntura descrita está relacionada ao conceito de sustentabilidade econômica o qual pode possuir definições diferentes a depender do contexto que está inserido. Diante disso, Valadão Junior, Malaquias e Sousa (2008), em concordância com o proposto por Sachs, elencaram dois itens para conceituar sustentabilidade

econômica. Sendo eles, alocação eficiente dos recursos e fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Visto que para Freire e Mendonça (2012) “Sustentabilidade é a capacidade de sustentar ou suportar algo exigido nas mais diversas condições e pode ser entendida como parte de um processo de permanência”. Os autores esclarecem ainda a respeito de dois conceitos: “sustentável” e “sustentado”, para eles “uma entidade é sustentável quando ela está apta ou passível de sustentação, enquanto uma entidade sustentada é aquela que já tem garantida sua sustentação”.

3. METODOLOGIA

Esta seção aborda sobre as características da pesquisa desenvolvida e os procedimentos realizados para o alcance dos objetivos propostos.

3.1 Tipologia de Pesquisa

Há muitas formas para classificar uma pesquisa. Para Gil (2019), a classificação da pesquisa pode ocorrer com base nos objetivos, natureza dos dados e de acordo com a interferência do pesquisador.

O objetivo desta pesquisa consiste na descrição das características das entidades do terceiro setor financiadas pelo Fundo Amazônia pelas óticas da *accountability*, do *compliance* e da sustentabilidade econômica. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida é classificada como descritiva que, segundo Gil (2019), têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Gil (2019) considera ainda três modalidades de pesquisas não interferentes, sendo elas: pesquisa comparativa, pesquisa baseada em registros estatísticos e análise de conteúdo. Assim, o presente trabalho classifica-se como uma pesquisa comparativa, assumindo também o caráter de pesquisa histórica por considerar a dimensão temporal com foco nas entidades do terceiro setor. “A pesquisa histórica caracteriza-se pela coleta, organização e análise crítica dos dados relacionados com ocorrências do passado.” (GIL, 2019).

Em relação à natureza dos dados, a pesquisa se enquadra como de métodos mistos. De acordo com Gil (2019) apud Creswell (2013) são pesquisas que combinam elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa com o propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração dos resultados.

Com o intuito de possibilitar o desenvolvimento e alcance dos objetivos da pesquisa foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Com caráter qualitativo temos a revisão da literatura em que foram utilizados livros, artigos científicos, normas brasileiras de contabilidade e a legislação brasileira para discutir e explicar sobre as variáveis abordadas. Ademais, foi feita uma análise documental para coleta de dados tendo como base as demonstrações contábeis dos anos de 2015, 2016 e 2017 que foram divulgadas nos site das entidades da amostra. A fim de quantificar os dados coletados, a pesquisa dispôs de indicadores, coeficientes e medidas estatísticas: média, mediana, máximo, mínimo e desvio padrão. Em conjunto com os coeficientes, foi utilizado um *check list* que elenca as exigências normativas contidas na ITG 2002 (R1).

Utilizou-se a ferramenta Microsoft Excel para ordenar e tratar os dados extraídos das demonstrações contábeis das entidades e, assim, aplicar as metodologias abaixo descritas.

3.2 Metodologia para análise e mensuração da *accountability* e do *compliance*

Utilizou-se o *check list* proposto por Jorge, Souza e Dalfior (2015) em conjunto com os coeficientes propostos por De França et al. (2019). O *check list* é composto por 18 itens observados nas orientações da ITG 2002 (R1), reproduzido na Tabela A1 do Apêndice A. O *check list* foi adequado para um sistema binário, igualmente utilizado nos coeficientes, onde a atribuição da pontuação 0 representa a não adequação a ITG 2002 (R1) e a atribuição da pontuação 1 representa a adequação a ITG 2002 (R1).

Os coeficientes propostos aferem a aderência às normas por fundação e por requerimento e sinaliza que a entidade cumpre ou não à norma. Aplicando-se a essa pesquisa, os requerimentos são os itens dispostos na tabela A1 e as entidades são as 18 que compõem a amostra observada. Para ambas as aderências são atribuídos a pontuação 0 quando há o não cumprimento e a pontuação 1 quando há o cumprimento.

No caso da aderência às normas por entidade, o cálculo do coeficiente ocorre dividindo-se a quantidade de requerimentos atendidos por cada entidade pelo total de requerimentos. E, no caso da aderência as normas por requerimento, o cálculo do coeficiente ocorre dividindo-se a quantidade de entidades que atenderam cada requerimento pelo total de entidades.

De forma que, conforme exemplificado por De França et al. (2019), os coeficientes sinalizam a aderência de uma entidade a todos os requerimentos e de um requerimento por todas as entidades, tendo os seguintes variáveis:

ADfr = 1 - *accountability* completa por entidade;

ADfr = 0 - *accountability* inexistente por entidade;

ADfr (0,1) = *accountability* incompleta por entidade;

ADrf = 1 - *accountability* completa por requerimento;

ADrf = 0 - *accountability* inexistente por requerimento;

ADrf (0,1) = *accountability* incompleta por requerimento.

É válido destacar que o termo “fundação” foi utilizado pelos autores já que o modelo foi formulado em observância as fundações de direito privado veladas pelo MPDFT. Porém,

os coeficientes podem ser aplicados a qualquer forma de organização pertencente ao terceiro setor e, por isso, o termo “fundação” foi alterado pelo termo “entidade” para abranger as diferentes formas jurídicas integrantes da amostra utilizada.

3.3 Metodologia para análise e mensuração da sustentabilidade

Aplicou-se à amostra o índice de sustentabilidade do terceiro setor proposto por Junior (2019). O índice de sustentabilidade do terceiro setor é a razão entre o indicador de financiamento do ativo (IFA) e o indicador de geração de resultados (IGR). O IFA apresenta o quanto dos ativos da entidade é empregado em suas obrigações e o IGR apresenta o quanto a empresa é rentável ou não em relação aos seus ativos.

Dessa forma, propõe-se medir a capacidade que as entidades possuem em se manter em longo prazo, ou seja, a continuidade da entidade.

1. Indicador de Financiamento do Ativo (IFA)

$$IFA = \frac{PE}{AC + RLP}$$

De maneira que PE é passivo exigível, AC é ativo circulante e RLP é realizável a longo prazo.

Tendo os resultados as seguintes interpretações:

$IFA \geq 1$ a entidade financia todo o seu ativo financeiro com o seu passivo exigível, além deste mesmo passivo financiar parte do ativo produtor.

$IFA < 1$ a entidade financia parte de seus ativos com o capital advindo de terceiros e o restante com o seu capital próprio.

2. Indicador de Geração de Resultados (IGR)

$$IGR = \frac{R}{AP}$$

De maneira que R é Resultado e AP é Ativo Permanente.

Tendo os seguintes resultados e interpretações:

$IGR > 1$ altamente sustentável

$IGR < 1$ pouco sustentável

3. Indicador de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS)

$$ISTS = \frac{IFA}{IGR}$$

Tendo os seguintes resultados e interpretações:

$ISTS > 1$ a entidade não gera resultado para fazer frente a utilização do capital de terceiros no financiamento de suas atividades

$0 < ISTS \leq 1$ a entidade apresenta uma geração sustentável de resultado e superior a utilização do passivo exigível em seus ativos financeiros.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção do trabalho apresenta a análise dos resultados obtidos com base nas informações das entidades pertencentes à amostra. Ele está estruturado em três partes, onde a primeira parte apresenta o perfil da amostra utilizada, a segunda parte apresenta a mensuração e análise da *accountability* e do *compliance*. Por sua vez, a terceira parte apresenta a mensuração do nível de sustentabilidade de entidades do terceiro setor financiadas pelo Fundo Amazônia através do Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor e sua respectiva análise.

4.1 Descrição da Amostra

O Fundo Amazônia mantém 58 projetos, entre finalizados e em andamento, propostos por 42 entidades sem fins lucrativos. Através dos sites das entidades, exposto na Tabela B1 do Apêndice B, verificou-se que 26 entidades demonstram transparência no que se refere à divulgação de relatórios contábeis. Sendo que os relatórios divulgados abrangem os anos de 1995 a 2019.

Desse total foram selecionadas 18 entidades que divulgaram os relatórios referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 por serem os anos que majoritariamente tiveram a maior divulgação de relatórios para compor a amostra da pesquisa.

Conforme Gil (2019), universo ou população se caracteriza como um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características e amostra é o subconjunto do universo ou da população por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.

Além disso, as atividades das entidades pertencem prioritariamente à categoria meio ambiente, visto que para captar recursos com o Fundo todas elas devem atuar no âmbito da Amazônia Legal.

4.2 Análise da *Accountability* e do *Compliance* das Entidades

A tabela 1 exibe a aderência das normas por entidade através do coeficiente empregado, sendo 18 entidades e 18 requerimentos. Os resultados encontrados com base na amostra demonstram *accountability* incompleta por entidade, visto que as 18 entidades tiveram o resultado do coeficiente entre 0 e 1.

Apesar disso, os resultados, em sua maioria, se aproximam mais de 1 do que de 0. Foi verificado que 16 entidades apresentaram mais do que 70% de conformidade com as exigências normativas, listadas por Jorge, Souza e Dalfior (2015) com base na ITG 2002 (R1).

Sendo que o maior resultado encontrado na aplicação do coeficiente entre 0 e 1 foi de 0,89 e foi obtido por 5 entidades.

Houve duas entidades que obtiveram o resultado com grande diferença da maioria das entidades. Essas entidades apresentaram os resultados de 0,44 e 0,56, enquanto que as demais superaram o valor de 0,70.

Tabela 1: Aderência das normas por entidade

Entidade	ADfr (2015)	ADfr (2016)	ADfr (2017)
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	0,78	0,78	0,78
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	0,83	0,83	0,83
WWF-Brasil	0,89	0,89	0,89
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	0,89	0,89	0,89
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	0,78	0,78	0,78
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	0,78	0,78	0,78
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	0,83	0,83	0,83
Instituto Floresta Tropical (IFT)	0,83	0,83	0,83
Instituto Ouro Verde (IOV)	0,83	0,83	0,83
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	0,89	0,89	0,89
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	0,83	0,83	0,83
Associação SOS Amazônia	0,44	0,44	0,44
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	0,72	0,72	0,72
Instituto Centro de Vida (ICV)	0,83	0,83	0,83
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	0,56	0,56	0,56
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	0,89	0,89	0,89
Instituto Socioambiental (ISA)	0,83	0,83	0,83
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	0,89	0,89	0,89

Fonte: Elaboração Própria.

Após a análise do coeficiente que mede a aderência por entidade, aplicou-se o coeficiente que mede a aderência por requerimento. As duas perspectivas de aderência em conjunto proporcionam uma visão ampliada de quais foram os requerimentos em que as entidades demonstraram maior *compliance*.

A tabela 2 exibe os valores referentes à aderência das normas por requerimento, dentre os 18 requerimentos, 7 deles; itens 1, 2, 3, 4, 9, 10 e 15; demonstraram *accountability* completa por requerimento e os outros 11 requerimentos demonstraram *accountability* incompleta por requerimento.

O item 17 demonstrou *accountability* incompleta por requerimento, em razão da não divulgação de todas as demonstrações contábeis por duas entidades, além dos 11, 12, 13 que tratam especificamente sobre a apresentação dos relatórios. O item 18 que trata sobre a apresentação dos itens mínimos exigidos na norma foi afetado pela não divulgação da nota explicativa por duas entidades e por uma entidade que apresentou a nota explicativa, mas não atendeu ao requerimento.

Em relação ao item 8, apesar de ter resultado em $ADrf = 0,67$, todas as entidades que apresentaram, em notas explicativas, sobre a redução ao valor recuperável de ativo estavam em conformidade com a Seção 27 da NBC TG 1000. Dessa forma, as entidades que não atenderam ao requerimento, com exceção de duas entidades que não apresentaram nota explicativa, foram em razão da omissão sobre o processo de redução ao valor recuperável de ativo na entidade pela qual não é possível afirmar se houve ou não adequação a norma.

Embora não tenha sido demonstrado *accountability* inexistente por requerimento, três requerimentos apresentaram coeficientes que se aproximam mais de 0 do que de 1. O requerimento do item 6 foi cumprido por 2 entidades, o item 7 foi cumprido por 4 entidades e o item 16 foi cumprido por apenas 1 entidade. Nos três itens para satisfazer o requerimento e para ser possível analisar e atribuir pontuação fazia-se necessário o registro, no que tange cada item, de forma segregada e em destaque. Mas, ao contrário do adequado, considerando a orientação da norma, muitas entidades simplificaram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Período evidenciando os saldos das contas sem o seu detalhamento e, também, não expuseram em Nota Explicativa.

Diante dos resultados apresentados, é possível verificar que a maioria das entidades da amostra estão em conformidade com boa parte da norma e que a maior parte dos requerimentos possuem um alto nível de adesão, com casos de adesão completa. Entretanto, os resultados não são satisfatórios visto que a norma está vigente desde 2012 e os relatórios observados são dos anos de 2015, 2016 e 2017, e julga-se esse intervalo de tempo suficiente para que a entidade tenha feito a adequação de seus processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação para o cumprimento da norma.

Além disso, destaca-se que na seleção da amostra foi feito a verificação das entidades que disponibilizaram os relatórios contábeis no seu endereço eletrônico. A disponibilização corresponde a um fator de relevância na ótica da *accountability*, mas que não foi desempenhado por 17 entidades de uma população de 42 entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia. Assim, a não divulgação dos relatórios contábeis não permite a

mensuração e análise da *accountability* e do *compliance*, sendo que de antemão demonstra a não atenção a *accountability*.

Tabela 2: Aderência das normas por requerimento

Item	Requerimentos	ADrf (2015)	ADrf (2016)	ADrf (2017)
1	As receitas e as despesas são reconhecidas conforme o princípio da competência?	1	1	1
2	As doações e subvenções recebidas para custeio e investimentos estão sendo reconhecidas como receita no resultado conforme disposto na NBC TG07?	1	1	1
3	As contas de receitas e despesas estão sendo registradas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade?	1	1	1
4	Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, estão sendo registradas em conta específica do passivo?	1	1	1
5	As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas estão sendo registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade?	0,94	0,94	0,94
6	Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade foram registrados de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais?	0,11	0,11	0,11
7	As entidades constituíram provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber?	0,22	0,22	0,22
8	A entidade vem aplicando a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativo?	0,67	0,67	0,67
9	A entidade apresentou o Balanço Patrimonial?	1	1	1
10	A entidade apresentou a Demonstração do Resultado do Período?	1	1	1
11	A entidade apresentou a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?	0,89	0,89	0,89
12	A entidade apresentou a Demonstração do Fluxo de Caixa?	0,89	0,89	0,89

13	A entidade apresentou as Notas Explicativas?	0,89	0,89	0,89
14	No Balanço Patrimonial, a denominação da conta “Capital” está Substituído por “Patrimônio Social”?	0,94	0,94	0,94
15	No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras “lucro ou prejuízo” foram substituídas por “superávit ou déficit”?	1	1	1
16	Na Demonstração do Resultado do Período, foram destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade?	0,06	0,06	0,06
17	Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações foram classificadas nos fluxos das atividades operacionais?	0,89	0,89	0,89
18	As Notas Explicativas apresentaram todos os itens mínimos exigidos pela ITG 2002?	0,83	0,83	0,83

Fonte: Adaptado de Vale (2017) apud Jorge, Souza e Dalfior (2015, p. 8 e 9).

4.3 Análise da Sustentabilidade das Entidades

No Apêndice D foi apresentado com detalhes os valores que embasam a análise apresentada nesta parte.

4.3.1 Indicador de Financiamento do Ativo (IFA)

A Tabela 3 apresenta a média, mediana e desvio padrão dos valores empregados no cálculo do IFA. Por meio do desvio padrão, pode-se perceber a considerável amplitude entre os valores apresentados pelas entidades. As medidas justificam-se pelo porte de cada entidade, visto que há grande diferença de valores transacionados por cada entidade durante o seu ciclo operacional.

Através da média e da mediana pode-se perceber que embora os valores sejam discrepantes, como demonstra o desvio padrão, a maioria das entidades apresenta valores de PE e de AC na casa dos milhões. Há a exceção em relação ao RLP, visto que 12 entidades apresentaram RLP igual a 0 em 2015, 2016 e 2017.

Tabela 3: Estatística descritiva dos valores aplicados ao IFA

	Média	Mediana	Desvio Padrão
PE (2015)	R\$ 38.039.393,68	R\$ 4.999.671,88	127.534.189,20
AC (2015)	R\$ 26.729.937,15	R\$ 6.761.462,50	61.509.284,52

RLP (2015)	R\$ 17.134.528,83	R\$ 0,00	67.475.672,66
PE (2016)	R\$ 48.925.917,45	R\$ 6.291.411,64	165.808.376,90
AC (2016)	R\$ 32.723.499,11	R\$ 8.801.641,50	74.519.346,21
RLP (2016)	R\$ 24.442.015,11	R\$ 0,00	98.286.842,05
PE (2017)	R\$ 54.460.962,71	R\$ 7.306.907,63	177.100.858,00
AC (2017)	R\$ 34.468.961,99	R\$ 9.984.064,60	71.690.166,03
RLP (2017)	R\$ 28.257.140,00	R\$ 0,00	114.288.808,79

Fonte: Elaboração Própria. AC = Ativo Circulante, PE=Passivo Exigível e RLP = Realizável a Longo Prazo.

Os resultados obtidos através do cálculo do IFA evidenciam que 6 entidades apresentaram IFA maior que 1 no ano de 2015, 4 entidades no ano de 2016 e, em 2017, o resultado foi obtido por 5 entidades. Esses resultados demonstraram que um terço da amostra, no caso de 2015, e menos de um terço nos demais anos, financiaram todo o seu ativo financeiro com capital advindo de terceiros, o qual também financiou parte do seu ativo produtor, e o restante da amostra, os que apresentaram IFA menor que 1, financiam parte de seus ativos com o capital advindo de terceiros e o restante com o seu capital próprio.

Por meio do IFA é possível analisar a situação de endividamento da entidade em relação a sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. Com os resultados apresentados a maioria das entidades da amostra possuem dependência moderada de capital de terceiros para financiar suas atividades. Esse cenário é positivo para as entidades, visto que apresenta um baixo nível de obrigações com terceiros, ou seja, a entidade é capaz de financiar parte de suas atividades utilizando capital próprio. Além disso, a entidade conseguiria liquidar suas obrigações utilizando apenas o seu ativo financeiro.

Como apresentado na Tabela 4, a média e a mediana se apresentam menor que 1, demonstrando o resultado favorável para a maioria das entidades, e o desvio padrão se encontra no intervalo de 0 a 1 o que representa uma variação moderada nos valores do IFA mesmo diante da considerável amplitude nos valores do PE, AC e RLP.

4.3.2 Indicador de Geração de Resultado (IGR)

O IGR é obtido através da razão entre o resultado do período analisado, superávit ou déficit no caso de entidades do terceiro setor, e o ativo permanente da entidade. Esse índice demonstra o quanto a entidade é rentável ou não em relação ao seu ativo permanente, em observância se a entidade incorpora parte dos seus resultados ao ativo permanente e se há retorno sobre esse mesmo ativo. Por meio disso possibilita a classificação entre altamente sustentável, IGR maior que 1, e pouco sustentável, IGR menor que 1.

No ano de 2015 apenas 4 entidades se apresentaram altamente sustentável e 8 entidades se apresentaram pouco sustentável. Esse cenário se agrava por haver 6 entidades que apresentaram resultados negativos nesse período. Em 2016, esse número reduz e apenas 2 entidades se apresentaram altamente sustentáveis, 2 das entidades que em 2015 se apresentaram altamente sustentável tiveram o IGR negativo somando-se a mais 5 entidades que tiveram IGR negativo. Por fim, no ano de 2017 apenas 1 entidade apresentou-se altamente sustentável.

Os resultados obtidos nos relatórios contábeis da amostra apresentaram quantidade considerável de entidades que tiveram déficit no período razão pela qual gerou os valores negativos de IGR apresentados. Apenas o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) se manteve constante e apresentou IGR maior que 1 nos três anos. A entidade obteve IGR igual a 1,60 em 2015, IGR igual a 5,79 em 2016 e IGR igual a 7,87 em 2017, sendo que os valores de 2016 e 2017 foram os valores máximos obtidos, como exposto na Tabela 4.

4.3.3 Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS)

O ISTS é a razão entre o IFA e o IGR e possibilita medir se a entidade tende a sustentabilidade. O ISTS maior que 1 demonstra que a empresa não gera resultados suficiente para arcar com o financiamento de suas atividades através do capital de terceiros. O melhor cenário é o ISTS entre 0 e 1 que demonstra uma geração sustentável de resultado e superior a utilização do passivo exigível em seus ativos financeiros.

Esse cenário foi encontrado no ano de 2015 em 5 entidades, no ano de 2016 em 4 entidades e no ano de 2017 em apenas 2 entidades. Os resultados em sua maioria não foram favoráveis, visto que foi a minoria das entidades da amostra que demonstraram tendência de se manterem a longo prazo.

Em relação aos resultados do ISTS, três entidades se destacam por terem apresentado ISTS entre 0 e 1 em dois dos três anos e, no caso, por uma delas ter apresentado ISTS entre 0 e 1 nos três anos analisados. Essas entidades são a Associação SOS Amazônia que apresentou ISTS de 0,2053 e 0,1546 nos anos de 2015 e de 2016, respectivamente, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que apresentou ISTS de 0,6239 em 2015, de 0,1676 em 2016 e de 0,1227 em 2017 e a entidade Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) apresentou, em 2016, ISTS de 0,0092 e em 2017 o apresentou ISTS de 0,4201.

Tabela 4: Estatística descritiva dos dados dos indicadores

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IFA (2015)	0,9295	0,9156	0,5567	0,0611	2,5953
IFA (2016)	0,8531	0,9109	0,4235	0,0378	1,9255
IFA (2017)	0,8406	0,9216	0,3403	0,0506	1,4317
IGR (2015)	-0,2263	0,0666	3,1462	-11,6926	4,3812
IGR (2016)	0,0360	0,0239	2,4584	-6,3762	5,7885
IGR (2017)	-1,8695	0,0648	6,4569	-22,8967	7,8689
ISTS (2015)	13,4070	0,4536	37,4355	-10,3205	145,1519
ISTS (2016)	38,4221	0,1611	122,7129	-18,5035	504,3966
ISTS (2017)	-4,1160	1,4285	46,8456	-168,8570	73,0988

Fonte: Elaboração Própria. IFA=Indicador de Financiamento do Ativo; IGR=Indicador de Geração de Resultado; ISTS=Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor.

De forma geral, como apresentado na Tabela 4, não se obteve médias favoráveis, sendo as médias de 2015 e 2016 com valores elevados e a média de 2017 em valor negativo, se afastando do ideal de valor apresentado pelo índice para que demonstre tendência a sustentabilidade. O desvio padrão apresentado foi consideravelmente elevado e juntamente com o mínimo e o máximo demonstram alta amplitude entre os resultados do ISTS.

Assim, verifica-se que a maior parte das entidades não possui tendência a sustentabilidade e podem não serem capazes de se manter a longo prazo, não sendo capaz de arcar com as suas obrigações e impossibilitando o desempenho de suas atividades.

5. CONCLUSÃO

A interação do terceiro setor com os outros setores gera obrigações para as entidades frente aos seus *stakeholders* para acompanhar, principalmente, a gestão dos recursos empregados. De forma que as entidades devem prestar contas da utilização dos recursos através dos demonstrativos contábeis e estar em conformidade com a legislação vigente. Além disso, a continuidade de suas atividades é um fator de relevância para todos os que se relacionam com a entidade. Nesse sentido, percebe-se que a continuidade da entidade depende da entrada de recursos, mas a forma com que esses recursos são geridos é que vai permitir a entidade se manter no longo prazo.

Em razão desses fatores, o presente trabalho teve como objetivos verificar a prestação de contas das entidades na divulgação dos relatórios contábeis a sociedade. Verificar e mensurar o cumprimento da ITG 2002 (R1), norma reguladora do terceiro setor no Brasil. E, mensurar, através do Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor, a capacidade de continuidade das atividades da entidade. Seguindo a metodologia proposta, foi utilizada uma amostra de 18 entidades do Terceiro Setor que realizam a captação de recursos através do Fundo Amazônia e atuam na área de meio ambiente com atividades voltadas a Amazônia Legal.

De forma inicial, foi verificado nos sites das entidades que realizam a divulgação das demonstrações contábeis. De 42 entidades, 26 entidades possuem suas demonstrações divulgadas. Nota-se que é uma quantidade consideravelmente baixa que possui compromisso com a transparência dos relatórios contábeis ao divulgá-los. Por isso, é importante que a transparência não seja tratada como um diferencial realizado por algumas entidades, mas como uma prática consolidada por todas as entidades, demonstrando o interesse e compreensão da relevância de prestar de contas para a sociedade.

Por conseguinte, foi feito a mensuração e análise do *compliance* e da *accountability* com base no *check list* proposto por Jorge, Souza e Dalfior (2015), com base na ITG 2002 (R1), em conjunto com os coeficientes propostos por De França et al. (2019). Com base no coeficiente de aderência as normas por entidade foi verificado a *accountability* incompleta por entidade, mas os resultados, em sua maioria, se aproximam mais de 1 do que de 0. Sendo que 16 entidades apresentaram mais do que 70% de conformidade com as exigências normativas tendo o maior resultado, no valor de 0,89, obtido por 5 entidades. Quanto ao coeficiente de aderência por requerimento, 7 requerimentos demonstraram *accountability* completa e 11 requerimentos demonstraram *accountability* incompleta.

Ademais, aplicou-se à amostra o Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS) desenvolvido por Junior (2019). O melhor cenário é o ISTS entre 0 e 1 que demonstra uma geração sustentável de resultado e superior a utilização do passivo exigível em seus ativos financeiros. Esse cenário, considerado ideal, foi encontrado no ano de 2015 em 5 entidades, no ano de 2016 em 4 entidades e no ano de 2017 em apenas 2 entidades. Assim, os resultados em sua maioria não foram favoráveis, visto que foi a minoria das entidades da amostra que apresentaram tendência de continuidade. Dessa forma, foi demonstrado uma considerável fragilidade das entidades no que tange manter suas atividades a longo prazo.

Por fim, considerando que a ITG 2002 entrou em vigor no ano de 2012 e embora se considere o prazo até 2015, início do período analisado, suficiente para a adesão à norma, foi percebido o não cumprimento total das exigências normativas. Por isso, sugere-se para futuras pesquisas a aplicação do processo de análise da *accountability* e do *compliance* em demonstrações contábeis mais recentes. Nesse mesmo sentido e no que refere à mensuração da sustentabilidade econômica das entidades, sugere-se utilizar um amostra maior e que englobe outras áreas de atuação para que a pesquisa seja capaz de refletir de forma ampliada a realidade do terceiro setor no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm >. Acesso em: 28/02/2020.

BRASIL. **Constituição Federal (CF 1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 26/03/2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.759** de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 11 de abril de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

BRASIL. **Lei n. 12.846** de 1 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 1 de agosto de 2013, 192º da Independência e 125º da República.

BRASIL. **Lei n. 9637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação das entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. 177º da Independência e 110º da República, Brasília, 15 de maio de 1998.

CARA, Eliane da Silva; LIMA, Paulo Rogério dos Santos. **“Terceiro Setor”**: um projeto solidário complementar. Adm. Diálogo, São Paulo, n. 1, 1999, pp. 169.186.

CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otavio. **Manual de Compliance**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conselho Federal de Contabilidade. **ITG 2002 (R1)**. CFC, 2015. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1))>. Acesso em: 31/03/2020.

DE FRANÇA, José Antônio; ANDRADE, Álvaro Pereira de; [et al.]. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2015. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf - acesso 28/01>. Acesso em: 28/01/2020.

DE FRANÇA, José Antônio et al. **O processo de accountability nas entidades do Terceiro Setor no Brasil: Uma avaliação das prestações de contas das fundações de direito privado veladas pelo MPDFT**. Brasília, 2019.

FREIRE, Fátima de Souza; MENDONÇA, Luiz Henrique de; COSTA, Abimael de Jesus Barros. **Sustentabilidade econômica das instituições de longa permanência para idosos**.

São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2012.v36n95/533-543/>>. Acesso em: 02/04/2020.

Fundo Amazônia. Disponível em <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>> acesso em 27/02/2020.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2019.

IBGE, Coordenação de Cadastro e Classificações. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>> acesso em 21/01/2020.

JORGE, A.; SOUZA, C. A.; DALFIOR, V. A. O. **Análise da conformidade das demonstrações contábeis das Fundações de Apoio as Universidades Públicas no Brasil.** XII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 28 a 30 de outubro de 2015. Disponível em:<<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512240.pdf>>. Acesso em: 31/08/2020.

JUNIOR, Ronei Ademir Wolff Athayde. **SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE DE ORGANIZAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL.** Brasília, 2019.

NEVES, Glenda Ketlen Da Silva. **COMPLIANCE, ACCOUNTABILITY E DESEMPENHO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: Um estudo de caso na APAE-DF.** Brasília, 2019.

PAES, José Eduardo Sabo. **Terceiro setor e tributação.** v. 7 – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários.** Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Patrik Camporez e Johanns Eller. **Comitê que orienta Fundo Amazônia deve ser extinto em dois dias, alerta Levy na Câmara.** Brasília, 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/comite-que-orienta-fundo-amazonia-deve-ser-extinto-em-dois-dias-alerta-levy-na-camara-23765796>> acesso em 06/05/2020.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898/5471>>. Acesso em: 01/04/2020

Renato Grandelle, Cristina Fibe e André de Souza. **Noruega paralisa repasses para o Fundo Amazônia.** Brasília, 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/noruega-paralisa-repasses-para-fundo-amazonia-23879397>> acesso em 06/05/2020.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão dos Stakeholders.** São Paulo, 2010.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagem**. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314/pdf_162>. Acesso em 01/04/2020.

SILVA, Maria Regina Guimarães. **A História da Fundação da Irmandade de Misericórdia de Guaxupé – MG**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307647846_ARQUIVO_artigosimposio_nacionaldehistoria.pdf>. Acesso em: 27/01/2020.

VALADÃO JUNIOR, Valdir Machado; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; SOUSA, Edileusa Godói. **Controladoria como uma opção à sustentabilidade econômica nas organizações de Terceiro Setor: o caso de uma associação**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2008v5n9p131/11081>>. Acesso em: 02/04/2020.

VALE, Danilo Costa. **Terceiro Setor: Uma análise da conformidade das demonstrações contábeis das fundações privadas do Distrito Federal**. Brasília, 2017.

APÊNDICE A – DADOS METODOLÓGICOS

Tabela A1: Check list ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros

Item	Exigências Normativas	Adequação à Norma
1	As receitas e as despesas são reconhecidas conforme o princípio da competência?	
2	As doações e subvenções recebidas para custeio e investimentos estão sendo reconhecidas como receita no resultado conforme disposto na NBC TG07?	
3	As contas de receitas e despesas estão sendo registradas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade?	
4	Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, estão sendo registradas em conta específica do passivo?	
5	As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas estão sendo registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade?	
6	Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade foram registrados de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais?	0 - Não adequação/
7	As entidades constituíram provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber?	1 – Adequação
8	A entidade vem aplicando a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativo?	
9	A entidade apresentou o Balanço Patrimonial?	
10	A entidade apresentou a Demonstração do Resultado do Período?	
11	A entidade apresentou a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?	
12	A entidade apresentou a Demonstração do Fluxo de Caixa?	
13	A entidade apresentou as Notas Explicativas?	
14	No Balanço Patrimonial, a denominação da conta “Capital” está Substituído por “Patrimônio Social”?	
15	No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras “lucro ou prejuízo” foram substituídas por “superávit ou déficit”?	
16	Na Demonstração do Resultado do Período, foram destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade?	

-
- 17 Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações foram classificadas nos fluxos das atividades operacionais?
- 18 As Notas Explicativas apresentaram todos os itens mínimos exigidos pela ITG 2002 (R1)?
-

Fonte: Adaptado de Vale (2017) *apud* Jorge, Souza e Dalfior (2015, p. 8 e 9).

APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Tabela B1: Entidades financiadas por recursos do Fundo Amazônia

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	SITE
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	https://www.funbio.org.br/
Associação Floresta Protegida (AFP)	http://florestaprotegida.org.br/
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	https://imazon.org.br/
WWF-Brasil	https://www.wwf.org.br/
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	http://fas-amazonas.org/
Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	http://ecam.org.br/
Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	https://coopavam.org.br/
The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	https://www.tnc.org.br/
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	https://iieb.org.br/
Museu da Amazônia (Musa)	http://museudaamazonia.org.br/pt/
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	https://www.pactodasaguas.org.br/
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	https://www.ipe.org.br/
Instituto Floresta Tropical (IFT)	http://www.ift.org.br/
Instituto Ouro Verde (IOV)	http://www.ouroverde.org.br/
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	https://www.conservation.org/brasil
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	https://fase.org.br/
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	https://www.fbds.org.br/
Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	https://www.miqcb.org/
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	https://trabalhoindigenista.org.br/home/
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	https://ipam.org.br/pt/
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	https://www.imaflora.org/
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	http://www.ctamt.org.br/
Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	http://cpiacre.org.br/
Operação Amazônia Nativa (OPAN)	https://amazonianativa.org.br/
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	http://www.kaninde.org.br/
Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (Projeto Reça)	http://www.projettoreca.com.br/site/
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	http://www.cooperacre.com/
Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	https://assema.org/
Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa)	http://apiwtxa.blogspot.com/
Associação SOS Amazônia	https://www.sosamazonia.org.br/conteudo/

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia

(Rioterra)	http://rioterra.org.br/
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	https://saudeealegria.org.br/institucional/
Instituto Centro de Vida (ICV)	https://www.icv.org.br/
Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	http://www.adaibrasil.org.br/site/
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	http://www.ibam.org.br/
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	https://www.institutoiepe.org.br/
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA)	https://www.mamiraua.org.br/
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	https://ispn.org.br/
Fundação Banco do Brasil (FBB)	https://www.fbb.org.br/pt-br/
Instituto Socioambiental (ISA)	https://www.socioambiental.org/pt-br
Instituto Peabiru	https://peabiru.org.br/
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	https://idesam.org/

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – DADOS DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Tabela C1: Projetos por natureza

NATUREZA DO RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR DOS PROJETOS	VALOR DO APOIO
Municípios	7	R\$ 15.800.979,16	R\$ 14.656.479,91
Estados	22	R\$ 635.818.319,60	R\$ 577.725.457,17
União	9	R\$ 521.254.711,75	R\$ 521.254.711,75
Terceiro Setor	58	R\$ 924.686.707,25	R\$ 706.239.697,21
Universidades	6	R\$ 16.491.962,84	R\$ 16.387.456,65
Internacionais	1	R\$ 27.670.630,00	R\$ 23.693.641,00
TOTAL	103	R\$ 2.141.723.310,60	R\$ 1.859.957.443,69

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas no site do Fundo Amazônia.

Tabela C2: Projetos por ano

DATA DE APROVAÇÃO	TERCEIRO SETOR	UNIÃO	MUNICÍPIOS	INTERNACIONAL	ESTADOS	UNIVERSIDADES
2009	5	0	0	0	0	0
2010	2	0	2	0	3	1
2011	3	0	3	0	1	1
2012	4	1	0	0	4	4
2013	4	1	1	1	4	0
2014	12	1	1	0	4	0
2015	7	3	0	0	0	0
2016	4	1	0	0	2	0
2017	10	1	0	0	1	0
2018	7	1	0	0	3	0
2019	0	0	0	0	0	0
TOTAL	58	9	7	1	22	6

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas no site do Fundo Amazônia.

APÊNDICE D – DADOS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE

Tabela D1: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2015

Entidade	PE	AC	RLP	IFA
Associação SOS Amazônia	R\$ 363.252,00	R\$ 1.466.905,00	R\$ 0,00	0,248
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental	R\$ 2.878.310,36	R\$ 2.963.030,84	R\$ 0,00	0,971
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	R\$ 1.654.031,87	R\$ 1.321.175,53	R\$ 0,00	1,252
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	R\$ 14.164.723,00	R\$ 10.722.828,00	R\$ 7.800.000,00	0,765
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 4.941.000,00	R\$ 80.904.000,00	R\$ 0,00	0,061
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 548.051.000,00	R\$ 260.948.000,00	R\$ 287.143.000,00	1,000
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 5.058.343,76	R\$ 16.027.260,99	R\$ 0,00	0,316
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 4.327.027,00	R\$ 4.031.180,00	R\$ 252.256,00	1,010
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 18.196.682,00	R\$ 6.966.925,00	R\$ 44.339,00	2,595
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	R\$ 9.498.102,00	R\$ 10.200.559,00	R\$ 26.032,00	0,929
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	R\$ 8.075.925,00	R\$ 8.902.692,00	R\$ 13.155.892,00	0,366
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 5.916.000,00	R\$ 6.556.000,00	R\$ 0,00	0,902
Instituto Floresta Tropical (IFT)	R\$ 1.146.028,00	R\$ 762.693,00	R\$ 0,00	1,503
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	R\$ 4.336.000,00	R\$ 5.192.000,00	R\$ 0,00	0,835
Instituto Ouro Verde (IOV)	R\$ 3.479.600,00	R\$ 3.314.516,00	R\$ 0,00	1,050
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 26.503.456,00	R\$ 30.885.524,00	R\$ 0,00	0,858
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	R\$ 556.605,26	R\$ 462.579,41	R\$ 0,00	1,203
WWF-Brasil	R\$ 25.563.000,00	R\$ 29.511.000,00	R\$ 0,00	0,866

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D2: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2016

Entidade	PE	AC	RLP	IFA
Associação SOS Amazônia	R\$ 422.894,00	R\$ 3.220.478,00	R\$ 0,00	0,131
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental	R\$ 4.442.272,86	R\$ 4.591.727,56	R\$ 0,00	0,967
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	R\$ 1.384.614,08	R\$ 1.546.352,84	R\$ 0,00	0,895
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	R\$ 12.177.000,00	R\$ 10.111.000,00	R\$ 7.200.000,00	0,703
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 3.540.000,00	R\$ 93.669.000,00	R\$ 0,00	0,038
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 710.981.000,00	R\$ 314.863.000,00	R\$ 417.993.000,00	0,970
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 6.813.917,27	R\$ 12.261.065,89	R\$ 0,00	0,556
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 1.080.183,00	R\$ 941.383,00	R\$ 252.256,00	0,905
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 23.885.782,00	R\$ 18.864.205,00	R\$ 44.339,00	1,263
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	R\$ 9.595.018,00	R\$ 10.357.364,00	R\$ 26.457,00	0,924
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	R\$ 8.293.451,00	R\$ 10.027.283,00	R\$ 14.440.220,00	0,339
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 7.365.000,00	R\$ 7.576.000,00	R\$ 0,00	0,972
Instituto Floresta Tropical (IFT)	R\$ 864.261,00	R\$ 448.843,00	R\$ 0,00	1,926
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	R\$ 2.677.000,00	R\$ 3.052.000,00	R\$ 0,00	0,877
Instituto Ouro Verde (IOV)	R\$ 5.768.906,00	R\$ 5.668.609,00	R\$ 0,00	1,018
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 58.412.359,00	R\$ 63.716.399,00	R\$ 0,00	0,917
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	R\$ 714.855,84	R\$ 624.273,67	R\$ 0,00	1,145
WWF-Brasil	R\$ 22.248.000,00	R\$ 27.484.000,00	R\$ 0,00	0,809

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D3: Indicador de Financiamento do Ativo (IFA) no ano de 2017

Entidade	PE	AC	RLP	IFA
Associação SOS Amazônia	R\$ 138.236,00	R\$ 2.731.516,00	R\$ 0,00	0,051
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental	R\$ 3.513.996,14	R\$ 3.830.662,91	R\$ 0,00	0,917
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	R\$ 1.037.764,47	R\$ 1.365.100,24	R\$ 0,00	0,760
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	R\$ 19.448.000,00	R\$ 14.264.000,00	R\$ 7.200.000,00	0,906
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 9.116.000,00	R\$ 97.950.000,00	R\$ 0,00	0,093
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 761.159.000,00	R\$ 302.120.000,00	R\$ 485.946.000,00	0,966
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 6.658.612,25	R\$ 12.306.929,20	R\$ 0,00	0,541
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 3.982.103,00	R\$ 4.080.491,00	R\$ 252.256,00	0,919
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 27.914.702,00	R\$ 23.812.889,00	R\$ 44.339,00	1,170
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	R\$ 7.955.203,00	R\$ 7.661.200,00	R\$ 26.541,00	1,035
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	R\$ 31.106.298,00	R\$ 32.075.957,00	R\$ 15.159.384,00	0,659
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 11.983.000,00	R\$ 12.706.000,00	R\$ 0,00	0,943
Instituto Floresta Tropical (IFT)	R\$ 4.055.094,00	R\$ 2.832.321,00	R\$ 0,00	1,432
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	R\$ 5.030.000,00	R\$ 5.117.000,00	R\$ 0,00	0,983
Instituto Ouro Verde (IOV)	R\$ 4.855.453,00	R\$ 4.518.668,00	R\$ 0,00	1,075
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 66.504.106,00	R\$ 71.958.568,00	R\$ 0,00	0,924
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	R\$ 83.760,96	R\$ 83.013,41	R\$ 0,00	1,009
WWF-Brasil	R\$ 15.756.000,00	R\$ 21.027.000,00	R\$ 0,00	0,749

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D4: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2015

Entidade	R	AP	IGR
Associação SOS Amazônia	R\$ 2.576.585,00	R\$ 2.135.959,00	1,206
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	R\$ 34.477,18	R\$ 649.704,63	0,053
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	R\$ 14.540,09	R\$ 1.685.801,46	0,009
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	R\$ 1.269.155,00	R\$ 289.683,00	4,381
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	-R\$ 4.777.000,00	R\$ 3.530.000,00	-1,353
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 1.210.000,00	R\$ 755.000,00	1,603
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 517.507,70	R\$ 6.464.613,35	0,080
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 141.018,00	R\$ 381.135,00	0,370
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 484.182,00	R\$ 13.716.915,00	0,035
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	R\$ 505.445,00	R\$ 224.879,00	2,248
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	R\$ 679.404,00	R\$ 916.828,00	0,741
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 110.000,00	R\$ 440.000,00	0,250
Instituto Floresta Tropical (IFT)	-R\$ 1.044.099,00	R\$ 89.296,00	11,693
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	-R\$ 279.000,00	R\$ 291.000,00	-0,959
Instituto Ouro Verde (IOV)	-R\$ 101.418,00	R\$ 436.724,00	-0,232
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 235.250,00	R\$ 2.503.194,00	0,094
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	-R\$ 34.195,82	R\$ 293.299,89	-0,117
WWF-Brasil	-R\$ 1.175.000,00	R\$ 1.487.000,00	-0,790

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D5: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2016

Entidade	R	AP	IGR
Associação SOS Amazônia	R\$ 2.488.857,00	R\$ 2.930.884,00	0,849
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	-R\$ 27.776,16	R\$ 531.248,62	-0,052
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	R\$ 289.935,15	R\$ 1.541.752,31	0,188
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	-R\$ 1.288.000,00	R\$ 202.000,00	-6,376
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 14.070.000,00	R\$ 3.434.000,00	4,097
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 4.434.000,00	R\$ 766.000,00	5,789
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 6.930,52	R\$ 6.290.270,26	0,001
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 33.360,00	R\$ 333.325,00	0,100
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 5.243.080,00	R\$ 12.679.857,00	0,413
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	-R\$ 321.253,00	R\$ 227.019,00	-1,415
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	-R\$ 251.351,00	R\$ 1.059.339,00	-0,237
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	-R\$ 133.000,00	R\$ 736.000,00	-0,181
Instituto Floresta Tropical (IFT)	-R\$ 57.700,00	R\$ 63.679,00	-0,906
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	-R\$ 558.000,00	R\$ 208.000,00	-2,683
Instituto Ouro Verde (IOV)	R\$ 2.324,00	R\$ 374.260,00	0,006
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 409.963,00	R\$ 2.752.205,00	0,149
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	R\$ 12.511,41	R\$ 301.084,22	0,042
WWF-Brasil	R\$ 1.268.000,00	R\$ 1.468.000,00	0,864

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D6: Indicador de Geração de Resultado (IGR) no ano de 2017

Entidade	R	AP	IGR
Associação SOS Amazônia	R\$ 118.721,00	R\$ 3.253.908,00	0,036
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	R\$ 77.141,04	R\$ 391.211,00	0,197
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	-R\$ 20.745,52	R\$ 1.273.563,72	-0,016
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	-R\$ 2.958.000,00	R\$ 359.000,00	-8,240
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	R\$ 1.346.000,00	R\$ 6.075.000,00	0,222
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	R\$ 5.343.000,00	R\$ 679.000,00	7,869
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	R\$ 45.404,97	R\$ 6.134.506,90	0,007
Instituto Centro de Vida (ICV)	R\$ 182.510,00	R\$ 298.151,00	0,612
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	R\$ 380.213,00	R\$ 12.140.305,00	0,031
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	-R\$ 1.172.098,00	R\$ 111.186,00	-10,542
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	R\$ 371.204,00	R\$ 3.172.176,00	0,117
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	R\$ 401.000,00	R\$ 625.000,00	0,642
Instituto Floresta Tropical (IFT)	-R\$ 834.584,00	R\$ 36.450,00	-22,897
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	-R\$ 347.000,00	R\$ 149.000,00	-2,329
Instituto Ouro Verde (IOV)	-R\$ 3.421,00	R\$ 537.592,00	-0,006
Instituto Socioambiental (ISA)	R\$ 281.807,00	R\$ 3.029.675,00	0,093
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	R\$ 69.001,63	R\$ 280.251,23	0,246
WWF-Brasil	R\$ 629.000,00	R\$ 2.062.000,00	0,305

Fonte: Elaboração própria.

Tabela D7: Índice de Sustentabilidade do Terceiro Setor (ISTS)

Entidade	2015			2016			2017		
	IFA	IGR	ISTS	IFA	IGR	ISTS	IFA	IGR	ISTS
Associação SOS Amazônia	0,248	1,206	0,205	0,131	0,849	0,155	0,051	0,036	1,387
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental	0,971	0,053	18,306	0,967	-0,052	-18,504	0,917	0,197	4,652
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	1,252	0,009	145,152	0,895	0,188	4,761	0,760	-0,016	-46,669
Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	0,765	4,381	0,175	0,703	-6,376	-0,110	0,906	-8,240	-0,110
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	0,061	-1,353	-0,045	0,038	4,097	0,009	0,093	0,222	0,420
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	1,000	1,603	0,624	0,970	5,789	0,168	0,966	7,869	0,123
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	0,316	0,080	3,943	0,556	0,001	504,397	0,541	0,007	73,099
Instituto Centro de Vida (ICV)	1,010	0,370	2,730	0,905	0,100	9,042	0,919	0,612	1,501
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	2,595	0,035	73,526	1,263	0,413	3,055	1,170	0,031	37,361
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	0,929	2,248	0,413	0,924	-1,415	-0,653	1,035	-10,542	-0,098
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	0,366	0,741	0,494	0,339	-0,237	-1,429	0,659	0,117	5,628
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	0,902	0,250	3,610	0,972	-0,181	-5,380	0,943	0,642	1,470
Instituto Floresta Tropical (IFT)	1,503	-11,693	-0,129	1,926	-0,906	-2,125	1,432	-22,897	-0,063
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	0,835	-0,959	-0,871	0,877	-2,683	-0,327	0,983	-2,329	-0,422
Instituto Ouro Verde (IOV)	1,050	-0,232	-4,521	1,018	0,006	163,891	1,075	-0,006	-168,857
Instituto Socioambiental (ISA)	0,858	0,094	9,131	0,917	0,149	6,154	0,924	0,093	9,936
Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	1,203	-0,117	-10,320	1,145	0,042	27,557	1,009	0,246	4,098
WWF-Brasil	0,866	-0,790	-1,096	0,809	0,864	0,937	0,749	0,305	2,456

Fonte: Elaboração própria.